



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA Nº 8 /2019

SESSÃO Extraordinária

Sessão realizada no dia 27 de dezembro de 2019, na Sala de Sessões do Município de Sines

Presenças dos membros da Assembleia Municipal: -----

Presidente: José Luís Martins Batalha (PS), substituído, na qualidade de deputado municipal, pelo Sr. Edgar Almeida -----

1º Secretário: Tiago Jorge Guerreiro Santos (PS) -----

2ª Secretária Paula Luísa Macedo da Silva Augusto Pereira (PS) -----

Idalino Sabido José (PS) -----

Artur Licínio de Oliveira Martins (PS) -----

Liliana Sofia Fernandes Duarte (PS) -----

Sónia Margarida Silva Santos (PS) -----

Bernardo Ferreira de Brito (PS) -----

Maria Fernanda Oliveira Raposo (PS) -----

Ricardo Bruno da Silva Baltazar (PS) -----

Sidónio Francisco Rosa Salgado (PS) -----

Rita Sofia Raposo Camacho (PS), substituída por Paula Cristina Peres Gamito Rodrigues (PS) -----

Helena Cristina Nobre de Jesus (PS) -----

Renato José Fernandes Penas (CDU) -----

Carlos Alberto do Carmo Espadinha (CDU) -----

António Francisco Almeida Roberto (CDU) -----

Carlos Alberto Guerreiro Murta (Mov. Sim) -----

José da Silva Raposo (Mov. Sim) -----

Rodrigo Marques Costa (Mov. Sim) -----

José Manuel Vilhena Charnequinho (Mov. Sim) -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Joaquim António Lopes Serrão (PS) -----
Cláudio Filipe dos Santos Coroas Rosa (PS), substituído por Horácio de Jesus Isidro
(PS) -----

Presenças da Câmara Municipal de Sines:

Presidente: Nuno José Gonçalves Mascarenhas -----
Vereador: Fernando Miguel Ramos -----
Vereador: José Manuel Guerreiro Arsénio -----
Vereadora: Paula Cristina de Brito Valeira Plácido Ledo -----
Vereador: Hélder Alexandre Gil Guerreiro -----
Vereador: Paulo Beliche -----

Ausências da Câmara Municipal de Sines:

Vereadora: Filipa Marta Torres Faria-----

Ausências da Assembleia Municipal de Sines:

Ana Isa Plácido Correia (CDU) -----
Cláudio Filipe dos Santos Coroas Rosa (PS)-----

Eram vinte e uma horas e dezasseis minutos do dia 27 de dezembro de 2019, quando o primeiro secretário **Tiago Jorge Guerreiro Santos** deu início à sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Sines. -----

Antes de dar início aos trabalhos, o primeiro secretário da Assembleia Municipal de Sines informou os presentes que está a dirigir a Assembleia, porque o membro da Assembleia, José Batalha, pediu a suspensão do seu mandato por seis meses, pelo que na próxima Assembleia Ordinária, como determina o regimento, esse assunto será apreciado e tratado. -----

O deputado **Carlos Murta** intervém e afirma que não sabe até que ponto esta Assembleia é legítima, porque de acordo com o regimento existe um procedimento para a substituição do senhor Presidente da mesa de Assembleia, que deveria neste momento estar presente. -----

O primeiro secretário da Assembleia Municipal de Sines **Tiago Santos** explicou que a substituição será efetuada quando este ponto for apreciado, na próxima sessão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ordinária. Acrescentou que esta é uma sessão extraordinária, em que vão ser tratados os pontos solicitados pelo executivo e neste momento iremos tratar esses pontos. Na próxima sessão, que será ordinária, esse ponto será tratado de acordo com o regimento e colocado à apreciação da Assembleia, sendo que será logo o ponto um da ordem do dia. -----

O deputado **Carlos Murta** diz que não lhe parece correto, uma vez que o senhor Presidente da mesa da Assembleia devia cá estar presente e justificar a sua suspensão e, nomeadamente, dar a conhecer os motivos da suspensão. -----

O primeiro secretário da Assembleia Municipal de Sines **Tiago Santos**, em resposta ao deputado **Carlos Murta**, disse que acabou de o informar que esse ponto será tratado de acordo com o regimento, na próxima sessão ordinária, e vai ser o ponto número um da sessão. Acrescentou que esta é uma sessão extraordinária, em que vão ser tratados os pontos para a qual foi pedida e o regimento diz que nas sessões extraordinárias só há intervenção do público e ordem do dia. Nesse sentido, vamos dar início à sessão.

A - Intervenção do público -----

Neste ponto, nos termos do regimento, o primeiro secretário da Assembleia Municipal de Sines **Tiago Santos** perguntou aos munícipes presentes se pretendiam intervir sobre algum assunto. Os Munícipes que entenderam intervir fizeram-no em seguida. -----

O munícipe **Mário Búzio** iniciou a sua intervenção afirmando que o assunto que o traz à Assembleia é a anunciada entrega, por parte do município, de uma parcela de terreno que lhe pertence, situada na pedreira junto ao porto de Sines. Acrescentou que como não entende nada do ponto de visto técnico, relacionado com esta matéria, as suas perguntas vão no sentido da preocupação do cidadão e mais nada do que isso. Prosseguiu dizendo que a sua preocupação se prende primeiramente com a questão da segurança das escolas, uma vez que a entrega dessa parcela de terreno vai aproximar mais a pedreira para dentro da cidade, ou seja para a zona Norte, de acordo com aquilo que foi anunciado. Portanto, estando nessa área as escolas, habitações e outros equipamentos, pergunta ao senhor Presidente se é capaz de garantir que na exploração dessa mesma pedreira, com os rebentamentos que vão obviamente ser efetuados, não vai haver problemas do ponto de vista de sinistros. O munícipe **Mário Búzio** perguntou também se não podia ser entregue terreno mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

para Sul e se não podia, pergunta porquê. -----

O munícipe **Mário Búzio** perguntou ainda, do ponto de vista do cidadão, quais são as contrapartidas que Sines terá com a entrega dessa parte de território à administração portuária. -----

O munícipe **Fernando Silva** iniciou a sua intervenção dizendo que hoje fica contente de chegar aqui a esta Assembleia e ver a Assembleia completa por munícipes aqui da cidade de Sines. Prosseguiu a sua intervenção dizendo que as ruas de Sines estão miseráveis e que há sítios que são autênticas picadas. Disse que compreende perfeitamente que o município não tenha orçamento financeiro para arranjar a quase generalidade das ruas, mas que há algumas ruas que estão em muito mau estado e que gostava de ouvir uma opinião do senhor Presidente em relação a isso. Disse ainda que gostava, na qualidade de guia, de levar o senhor Presidente e os senhores vereadores a fazer uma visita a pé à cidade, para verem como Sines está. Concluiu a sua intervenção dizendo que tem cinquenta e oito anos, que nasceu em Sines e que não pretende fazer uma crítica ao executivo, mas que gostava de ouvir a opinião do senhor Presidente relativamente ao estado das ruas. -----

O munícipe **Alexandre Cortes** disse que o assunto que o traz à Assembleia Municipal, tem a ver com a abertura de novos campos da pedreira. Prosseguiu afirmando que está em Sines há trinta e dois anos e o que vê neste momento, perante o mapa que conseguiu tirar relativamente às obras de construção da pedreira, é que cada vez mais a exploração se aproxima da cidade. Pergunta que razões estão neste momento em cima da mesa, para levarem a que a exploração da pedreira se faça na aproximação à cidade e não na expansão para a zona Sul. Disse também que gostava de saber o que é que está em causa, em termos técnicos, para sofrermos mais uma vez com o impacto da pedreira nesta nova exploração. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, passou a responder às questões colocadas pelos munícipes. -----

Iniciou a sua intervenção com a resposta ao senhor Mário Búzio, relativamente à entrega dos terrenos, para dizer que o que está aqui em causa hoje, e que vai ser discutido na Assembleia Municipal, é um contrato de promessa para possibilitar a exploração de uma parte de terrenos que estão fora do domínio da APS, ou seja, que são terrenos do município. Prosseguiu dizendo que houve três pessoas que disseram que iria haver exploração para o lado da escola, para o lado poente, o que não é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

verdade, dado que o que vai ser feito é aquilo que foi feito nos terrenos da pedreira que foram desativados, vão ser feitas bancadas para reflorestação. O que vai haver, é a possibilidade de exploração no lado Norte nascente, diria no lado nordeste, que é a zona onde existe um maciço com a melhor pedra para fazer as obras em questão. Prosseguiu dizendo que estamos a falar de duas obras principais, as obras de ampliação do Terminal XXI e as obras de um novo Terminal Vasco da Gama, se chegar a ser concretizado. Portanto é apenas uma intenção, mas obviamente esta intenção não fica por aqui, ou seja, isto é apenas uma intenção na assinatura deste contrato promessa, mas que há-de haver um contrato definitivo, mas no meio há-de haver estudo de impacto ambiental, há-de haver discussão pública, ou seja, há todo um processo legal que vai ser efetuado e no qual, obviamente, todas as pessoas podem intervir. -----

Relativamente à pergunta concreta, o Presidente da Câmara Municipal de Sines afirmou que não vai haver exploração para o lado da escola e que vai haver apenas a feitura de taludes das bancadas, tal como os que estão feitos também na zona que nós conhecemos e que já foi encerrada e vai haver outra coisa que há pouco o senhor Alexandre Cortes falou. É que ao contrário daquilo que era feito há uns anos atrás, onde os rebentamentos eram feitos e as ondas eram propagadas a uma velocidade de propagação que rondava os dez metros por segundo, o que nós vamos exigir é que se se concretizar algum desmonte para fazer as bancadas naquela zona, terá que ser pelo menos um quarto desse valor, ou seja, dois metros e meio por segundo. Portanto, não vai haver explosões que possam pôr em causa o que quer que seja, quer a escola, quer outros edifícios que estão na proximidade. Obviamente que se isto acontecer e depois das entidades todas se pronunciarem, vai haver um conjunto de equipamentos que vão ter de ser montados, para poderem controlar as ondas que naturalmente acontecem. Mas dou-vos apenas um outro exemplo: ao longo do último ano foram feitos vários desmontes na pedreira. Eu desafiava também as pessoas a dizerem o que é que sentiram na cidade, o que é que houve, porque de facto aquilo que é feito hoje nada tem a ver com aquilo que aconteceu no passado e naturalmente que nós seríamos os primeiros a mandar parar, ou mandar que as coisas não acontecessem e, portanto, da nossa parte, estamos perfeitamente à vontade. Obviamente não dou garantias de cem por cento, mas dou garantias de noventa e nove por cento que a Câmara, os técnicos da Câmara, os técnicos que irão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

acompanhar toda essa atividade para possibilitar a ampliação do Terminal XXI e a construção do novo Terminal Vasco da Gama e que as coisas corram dentro da normalidade. -----

Relativamente ao senhor **Fernando Silva**, o Presidente da Câmara Municipal de Sines disse que de facto ele tem razão nalgumas coisas que falou. Nós temos feito um esforço nos últimos tempos para adquirir uma série de equipamentos que são absolutamente essenciais para a manutenção das ruas da cidade, não só varredoras, mas também um carro que chegou agora, para lavagem de ruas, de forma a possibilitar uma melhor limpeza da cidade. É um investimento que estamos a fazer a pouco e pouco, mas que é obviamente muito importante que aconteça. -----

Relativamente ao senhor **Alexandre Cortes**, o Presidente da Câmara Municipal de Sines disse que, como respondeu há pouco, não vai haver crescimento da pedreira para cima da cidade. O que vai haver é apenas a execução de taludes naquela zona, na zona ponte Norte. Acrescentou que há, de facto, uma deslocação do perímetro da pedreira, para uma parte mais a Norte, mas essa zona que vai ficar entre a atual exploração, que está praticamente terminada, e essa nova zona, essa nova linha da pedreira, vai servir para construir uma zona verde, os tais patamares, no âmbito daquilo que será o plano de reabilitação da pedreira. Penso que respondi mais ou menos às questões". -----

O munícipe **Fernando Silva** pediu e usou novamente da palavra, para dizer que a questão que apresentou ao senhor Presidente foi em relação às ruas, a nível de pavimento, mas que o senhor Presidente lhe respondeu que adquiriu uma varredora ou duas, o que não tem nada a ver com a pergunta que lhe fez -----

O munícipe **Alexandre Cortes** também pediu novamente a palavra, para dizer que não sendo aquela a zona que estávamos a falar, que é a zona que está mais próxima da cidade, embora não conheça ao pormenor a coisa, não vê lá nenhuns patamares, pelo que pergunta: é só para terem lá arvores, ou têm de abrir alguma coisa para criar patamares? Há lá grande parte que está completamente direito (aquilo era terreno agrícola). Portanto, se isto está aqui afetado com a cor amarela, que é da exploração da pedreira, pergunta se se vai pôr aqui uma coisa com uma série de hectares e na realidade não se vai explorar esta área? -----

O munícipe **António Rui Pimenta** iniciou a sua intervenção referindo que veio à Assembleia Municipal para sensibilizar os senhores deputados para tomarem a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

responsabilidade daquilo que vão aprovar. Prosseguiu dizendo que, na sua opinião, esta Câmara não tem elementos para aprovar uma decisão destas e não tem elementos porquê? Primeiro, porque não há um estudo de impacto ambiental e uma avaliação do grau de risco, ou será que há? Se não há, como é que os senhores deputados vão aprovar uma coisa, sem um estudo de impacto ambiental, e nem sequer um grau de risco. Como é que isso se pode aprovar? Esta terra já deu muito a esta indústria. O nosso terreno está a ser escavado, e nós temo-nos praticamente mantido calados! Façam o estudo de impacto ambiental, façam o estudo de riscos, para a avaliação do custo do valor deste possível negócio. Procurem entidades independentes que digam quanto é que isso custa, quanto é que a Câmara tem de ter. -----

O primeiro secretário da Assembleia Municipal de Sines **Tiago Santos** intervém para pedir ao munícipe que diga qual é a pergunta que quer colocar. -----

O munícipe **António Rui Pimenta** responde que está a dizer o que tem apontado. ---

O primeiro secretário da Assembleia Municipal de Sines **Tiago Santos**, diz que não é para fazer um discurso, é para colocar a sua questão à mesa. Quer interpelar a mesa, tem alguma dúvida para ser esclarecida? -----

O munícipe **António Rui Pimenta**, diz que tem uma dúvida. -----

O primeiro secretário da Assembleia Municipal de Sines **Tiago Santos**, pede ao munícipe para colocar a questão. -----

O munícipe **António Rui Pimenta**, pergunta se há estudo de impacto ambiental, se há estudos de riscos e se a Câmara pediu a alguma entidade independente para avaliar os custos do valor da obra. -----

O primeiro secretário da Assembleia Municipal de Sines **Tiago Santos** pergunta ao munícipe se é essa a questão que queria colocar. -----

O munícipe **António Rui Pimenta** diz que sim e que lhe vai dizer outra coisa. Que queria, como munícipe, que não se passasse o mesmo que se passou com a EDP, em que as verbas, os milhões que a EDP deu da sua implementação para benefício da população de Sines, por causa do ambiente, que o valor dessa pedreira, se vocês aprovarem isto, que seja criado um fundo para orçamentos participativos da população, para esse valor ser aplicado na realidade em obras que beneficiem diretamente a população.-----

A munícipe **Carla Pinela** afirma que a sua questão tem a ver com a escola básica



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

número dois. Prosseguiu dizendo que gostaria de saber para quando é que estão pensadas as remodelações, que já estão prometidas há muito tempo, já que neste momento existe um telheiro que estava com uma rede suspensa que, entretanto, já caiu há muito tempo. Acrescentou que esse telheiro está frágil e a qualquer momento cede, que há casas de banho com torneiras a correr e autoclismos avariados. Pergunta a munícipe para quando é que estão previstas essas obras, já prometidas há muito tempo.

Seguiu-se a intervenção do munícipe **Manuel Lança**, que relativamente à questão da pedreira disse que, evidentemente, que isso é uma preocupação que caberá não só ao executivo, em primeiro lugar, mas a todas as pessoas que vivem em Sines. Naturalmente que as pessoas que moram mais perto da zona de impacto da pedreira, poderão obviamente vir a ser afetadas com a abertura do processo de desenvolvimento normal de retirar a pedra. O munícipe **Manuel Lança** prosseguiu a sua intervenção recordando que a rotunda do IOS foi uma obra que foi prometida pelo senhor Presidente da Câmara e que no prospeto de campanha do PS, do último mandato, lá estava na capa a rotunda do IOS, que como todos sabem é um cruzamento perigosíssimo, em que a maior parte das pessoas que vem do lado Sul, entram por ali sem sequer fazerem caso de quem vem do lado direito, apesar de haver lá um sinal de estrada com prioridade. Portanto, como a rotunda do IOS não foi feita, este é um assunto que eu gostaria de ver esclarecido. Acrescentou que mora no bairro Soeiro Pereira Gomes e nesse bairro foi aberta uma estrada para instalação de esgotos, há cerca de vinte meses, e até agora aquela estrada está sem alcatrão e sem a reparação dos buracos. Portanto, é uma questão que gostaria que alguém esclarecesse, porque deve haver algum impedimento para que a estrada se mantenha assim. Concluiu afirmando que gostaria que lhe dessem uma razão concreta e palpável no que diz respeito a esta estrada e à questão da rotunda do IOS. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal de Sines **Nuno Mascarenhas**, responde às questões colocadas pelos munícipes. -----

Relativamente à questão que foi colocada pelo senhor **Fernando Silva**, referente aos pavimentos, o Presidente da Câmara Municipal de Sines disse que, de facto, houve nos últimos dois anos vários problemas relacionados com a falta de calceteiros. Prosseguiu dizendo que adjudicaram recentemente uma empreitada, que esperam que no início do ano se venha a iniciar, para repavimentação de muitas dessas ruas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

de calçada e adjudicaram também uma série de intervenções para pavimentos em betuminoso, que como sabem estão a decorrer, por exemplo na ZIL 2 e também na Quinta dos Passarinhos, que se vai iniciar brevemente. Portanto, há várias empreitadas a decorrer, precisamente para reparar algumas ruas da cidade e dos bairros. Portanto, estamos a trabalhar nesse sentido. -----

Relativamente à questão do senhor **Alexandre Cortes**, o Presidente da Câmara Municipal de Sines esclareceu que o que disse há pouco foi que, de facto, na zona Norte e na zona Nordeste, vai haver exploração, portanto, numa pequena parte. Na zona que divide, ou na faixa dos terrenos que são do município, grande parte dessa faixa, será uma zona verde. Mas essa zona Norte, é uma zona com uma maior largura e nessa largura, há uma pequena parte que é explorada. Portanto, diria que aí sim há uma pequena exploração, embora grande parte da exploração seja em terrenos da APS e não em terrenos do município. Portanto, só na zona nascente, aí sim, há um alargamento da zona de exploração. -----

Relativamente ao senhor **António Rui Pimenta**, o Presidente da Câmara Municipal de Sines disse que quanto à questão do estudo de impacto ambiental e da discussão pública, foi o que já tinha referido há pouco. Que esta fase é uma fase prévia, ou seja, uma intenção que não sabemos se se vai ou não concretizar, portanto um contrato de promessa, que naturalmente vai permitir, neste caso à APS, despoletar o processo junto da Direção Geral de Energia e Geologia, para fazer o estudo de impacto ambiental, fazer a discussão pública e, obviamente, nessa fase vai haver toda uma discussão e até podemos chegar à conclusão que no contrato final há uma parte desta área que é reduzida, ou que não é intervencionada. Portanto esse processo vai decorrer e todos os deputados e todos os munícipes vão ter oportunidade de participar. -----

Em resposta ao munícipe **Manuel Lança**, o Presidente da Câmara Municipal de Sines disse, relativamente às questões da rotunda do IOS, que é uma rotunda que estão a prever concretizar, mas que houve uma série de condicionantes que motivaram o não avançar dessa rotunda, por exemplo, recorro que fizemos aquela junto à escola Vasco da Gama e resolvemos também o problema que o senhor falava várias vezes, no bairro Primeiro de Maio, mas esta ficou para uma segunda fase, até porque havia várias indefinições, nomeadamente em algumas ruas, que não sabíamos se iriam ter dois sentidos ou só um. Tinha a ver também com a fase de conclusão do projeto da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Praça da República, que já está em concurso e que já permite definir também os sentidos de trânsito, e uma vez definidos todos esses aspetos, estaremos em condições de fazer aquela rotunda, que como referiu, e bem, é importante para a cidade. Relativamente ao bairro Soeiro Pereira Gomes, quando fizemos aquela intervenção estávamos em crer que ela ia solucionar alguns dos problemas, mas o facto é que, quando começamos a abrir, deparámo-nos com muitos mais problemas. Portanto, é um bairro com graves problemas, tal como o bairro Primeiro de Maio. Na altura pensámos que os iríamos resolver com a atual empreitada, mas isso não foi possível, devido aos limites da contratação pública. Prosseguiu dizendo que tiveram que fazer um novo projeto, para lançar um novo concurso e não iam meter alcatrão e depois abrir novamente. Portanto, esperamos também que no início deste ano possamos iniciar os trabalhos que faltam, não só a substituição das condutas de abastecimento de água, como também as telecomunicações e uma série de outras coisas que são obviamente necessárias e que esperamos que se venham a concretizar no próximo ano". -----

O vereador da Câmara Municipal de Sines **Fernando Ramos**, responde à questão colocada pela munícipe **Carla Pinela**. -----

"Relativamente à questão que coloca, de facto, temos um bom parque escolar que foi requalificado, nalguns casos com escolas novas. Mas de facto a escola da Quinta dos Passarinhos, que é uma ótima escola e a prova disso é que todos os encarregados de educação gostam de colocar lá os seus filhos, tem várias insuficiências e nós quando entrámos, ainda no anterior mandato, foram-nos transmitidas variadíssimas delas, que não dava para estar a remendar e, nesse sentido, despoletou-se um processo que o senhor Presidente, no âmbito da CIMAL, (Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral), negociou verbas e foi definida uma verba de cerca de quatrocentos e cinquenta mil euros para o município de Sines, com a comparticipação de oitenta e cinco por cento, para requalificar aquela escola. Mas ainda assim olhámos e dissemos não, que não queríamos resolver o problema para cinco anos, mas para os próximos vinte ou trinta anos e nesse sentido o concurso foi lançado com a verba já de cerca de oitocentos mil euros e, neste momento, está adjudicada e irá ser iniciada. Agora temos que, em conjunto com a direção do agrupamento, como sempre fazemos, encontrar uma alternativa para as obras poderem começar e vamos mudar a caixilharia de toda a escola. Portanto não vou dizer que é uma escola nova, porque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

nunca será uma escola feita de raiz. Mas vai certamente resolver esses problemas, que tão bem identificou, e que têm a ver com esgotos e outros que você não referiu, mas que nós sabemos que lá existem. Portanto, não se trata de uma promessa, mas de uma solução que é mais do que necessária.-----

A munícipe **Carla Pinela**, em nova intervenção, pergunta, “mas para quando”? -----

O vereador da Câmara Municipal de Sines **Fernando Ramos**, responde que estamos na administração pública e, portanto, sujeitos às regras da contratação pública. Prosseguiu dizendo que foi lançado o procedimento, que houve empresas que concorreram, que houve um júri que elaborou uma ata e propôs uma adjudicação, que foi efetuada essa adjudicação numa reunião de Câmara. E agora segue-se a fase seguinte, o visto do tribunal de contas, e quando tudo isso estiver concluído a obra será iniciada e concretizada. Pelo meio, não menos importante, é necessário encontrar alternativas para os miúdos continuarem a ter aulas. Porque se até há dois, três ou quatro anos tínhamos salas vagas, por boas razões agora não temos. Não temos, porque há mais natalidade, começámos este ano escolar com mais alunos nas nossas escolas, com uma nova sala pré-escolar e isso é tudo positivo, mas que agora nos leva a termos de ser mais criativos, em encontrar soluções. -----

C - Assuntos da ordem do dia -----

Antes de se passar ao ponto um dos assuntos da ordem do dia, o deputado **Carlos Murta** interveio para dizer que pretendia apresentar uma proposta a ser sujeita à votação desta Assembleia.-----

O primeiro secretário da Assembleia Municipal de Sines **Tiago Santos**, afirma que não percebe em que termos é que o deputado Carlos Murta quer apresentar uma proposta.

O deputado **Carlos Murta** explica que a proposta é relacionada exatamente com o ponto um e queria que essa proposta fosse colocada à votação da Assembleia, antes de se iniciar a discussão do ponto um. -----

O primeiro secretário da Assembleia Municipal de Sines **Tiago Santos** pergunta ao deputado **Carlos Murta** em que artigo do regimento está prevista a apresentação da sua proposta.

O deputado **Carlos Murta** pergunta se pode apresentar uma proposta para votação à Assembleia, ou não pode.

O primeiro secretário da Assembleia Municipal de Sines **Tiago Santos** explicou que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

a proposta não se faz durante a Assembleia, muito menos numa sessão extraordinária, em que são votados os pontos da Ordem do Dia. -----

O deputado **Carlos Murta** explica que o que está em causa é o ponto um. -----

O primeiro secretário da Assembleia Municipal de Sines **Tiago Santos**, afirmou que estaria em causa, se tivesse feito chegar essa proposta atempadamente, de acordo com as regras e acrescentou que se o deputado **Carlos Murta** conseguir enquadrar a proposta no âmbito de qualquer regulamento que o permita, não terá dúvidas nenhuma em aceitá-la. Sem esse enquadramento não aceitará a proposta. -----

O deputado **Carlos Murta** disse que é no regimento que se baseia e com o regimento é-lhe possível apresentar esta proposta para ser votada, porque tem a ver exatamente com a questão do ponto um. -----

O primeiro secretário da Assembleia Municipal de Sines **Tiago Santos**, esclareceu que não terá qualquer dúvida do que o deputado **Carlos Murta** está a afirmar, se este disser exatamente qual é que é o número do artigo em que se está a basear para justificar a proposta. -----

O deputado **Carlos Murta** disse que pode dizer posteriormente, dado que neste momento não tem de memória o número do regulamento, do regimento. -----

O deputado **Carlos Murta**, afirmou também que a proposta se baseia no regimento e em razões históricas. Porque sempre têm aceitado propostas, quer em reuniões ordinárias, quer em reuniões extraordinárias. Porque é que antigamente aceitavam e neste momento não aceitam uma proposta, que está relacionada com o ponto. -----

O primeiro secretário da Assembleia Municipal de Sines **Tiago Santos**, disse que está encerrado o assunto e que não vale a pena falar mais sobre isso, depois de ter pedido qual o artigo em que se baseava a proposta. Acrescentou que o regimento é vasto e que não tem conhecimento de nenhum artigo que permita admitir a proposta. Entendemos perfeitamente, mas sem qualquer cumprimento da regra, não posso aceitar, lamento. Nesse sentido, para não haver mais dúvidas, vamos dar início à ordem. -----

O deputado **Idalino José** pediu a palavra para numa curta nota referir que, como sabem, trabalha na APS e na fase de discussão e de votação do ponto um e do ponto dois, como esta é uma área que lhe diz respeito, ao nível da sua atividade profissional, por uma questão de ética e de princípio, em termos de conflitos de interesses, para os senhores deputados e os munícipes saberem, ausenta-se como deputado e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

permanecerá aqui na sala, mas apenas como munícipe. -----

O primeiro secretário da Assembleia Municipal de Sines **Tiago Santos**, disse que fica registada a nota do deputado **Idalino José**.

Ponto um: Apreciação e deliberação da proposta do executivo, para a cedência de terrenos que integram o domínio privado do município de Sines e de uma parcela de terreno que integra o domínio público, a desafetar o domínio público para integrar o domínio privado à APS (administração dos portos de Sines e do Algarve S.A.), para a exploração de inertes, nos termos do decreto-lei nº 270/2001 de 6 de outubro, alterado e publicado pelo decreto-lei nº 340/2007 de 12 de outubro, que estabelece o regime jurídico de pesquisa e exploração de massas minerais, rochas e ocorrências minerais não qualificadas legalmente como depósito mineral. -----

O primeiro secretário da Assembleia Municipal de Sines **Tiago Santos**, pede ao Presidente da Câmara Municipal de Sines, para apresentar a proposta. Depois dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines intervém para dizer que, uma vez que foi o vereador **Fernando Ramos** que acompanhou todo este processo, será o mesmo a apresentar a proposta. Assim, o vereador da Câmara Municipal de Sines **Fernando Ramos** inicia a intervenção, dizendo que pensa que já muito foi dito acerca deste assunto. Houve uma reunião de Câmara onde já foi também apresentado este assunto, o qual foi encaminhado aqui para a Assembleia Municipal, situação que não era absolutamente obrigatória, mas que foi entendido pelo executivo que assim teria que ser. Este acordo, digamos assim, o que está aqui, não é nada mais nada menos do que a sequência de uma ótima relação, que sempre existiu, entre o município de Sines e a APS - Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A. Recordo que já em dois mil e nove, foi feita uma permuta de terrenos, não com este efeito, mas também com a APS e, portanto, não pretendemos nada mais nada menos do que viabilizar a eventual construção do novo Terminal Vasco da Gama e ampliação do Terminal XXI, e parece-nos que esta matéria é importante para o desenvolvimento do município e também até do país, e é mantendo essa coerência que apresentamos esta proposta. Por outro lado, também como já foi aqui esclarecido e explicado, há algumas situações que eu admito que nos possam preocupar. Aliás, eu sou uma das pessoas que estou a residir extremamente próximo daquela pedreira e sou logo o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

primeiro que irei procurar estar extremamente vigilante e atento a tudo o que se irá passar no futuro. Mas a proposta não é nada mais nada menos do que o contrato de promessa e, portanto, como também foi aqui dito, seguir-se-ão as questões do estudo de impacto ambiental, a discussão pública com várias entidades envolvidas e nós município, obviamente, e é para isso que cá estamos, iremos estar muito, muito atentos, de forma a acautelar sempre o interesse geral, o interesse da população do concelho e do próprio país. Portanto, foi tudo isto que esteve aqui subjacente. Foi um trabalho bastante aturado, que envolveu técnicos da Câmara Municipal (está aqui presente o Dr. Ricardo, que é o nosso chefe de divisão que participou também neste processo), a nossa mandatária forense, ou seja, a advogada do município, da parte do município estão outros técnicos, dos vários diversos domínios e também os técnicos da APS. Portanto, obviamente não é um assunto fácil, não é um assunto simples, não é um assunto que não mereça a nossa atenção e a dos munícipes, também me congratulo com a vossa presença aqui, porque de facto, todos podemos saber o que está em causa. Mas é um assunto importante e é um assunto que é necessário tratar e esta é a nossa proposta e nós, enquanto executivo, também estamos cá para tomar as decisões. Basicamente era este enquadramento que eu gostaria de fazer e foi o que esteve subjacente a esta proposta. -----

O deputado **Carlos Murta**, pediu permissão para, no âmbito da discussão deste ponto, dizer o seguinte:

Considerando que a proposta apresentada no ponto um da ordem de trabalhos da Assembleia pela Câmara Municipal, não tem qualquer fundamentação técnica ou jurídica, que permita aos deputados municipais votar com conhecimento das responsabilidades que assumem, caso a proposta seja aprovada, nomeadamente:

- a) Não foi apresentada qualquer justificação para a área definida para a expansão da pedreira.
- b) Não foram apresentados estudos que permitam garantir a segurança das pessoas e construções, designadamente nas áreas mais próximas da pedreira, que incluem as escolas, habitações e equipamentos municipais, para além de depósitos de gás natural.
- c) Não existem quaisquer garantias sobre a eventual sujeição à avaliação de impacto ambiental da exploração da pedreira, sendo que o estudo de impacto ambiental da expansão do terminal, refere a palavra pedreira cento e dez vezes, sem que o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

parecer emitido pela Câmara Municipal de Sines tenha feito qualquer referência à expansão da exploração da pedreira.

- d) Não foram apresentados estudos económicos, que permitam aferir se o valor a pagar ao município corresponde ao real valor das parcelas cedidas e dos impactos da extensão da pedreira, podendo estar em causa gestão danosa. -----
- e) Nada justifica a urgência de aprovação de um contrato de promessa, que é um cheque em branco, quando o processo de expansão do terminal está em discussão há vários anos. O estudo de impacto ambiental é de dois mil e catorze. -----
- f) Não foi apresentado parecer jurídico que dê segurança aos eleitos, da legalidade dos termos do contrato de promessa, nem da forma de proceder. A APS entra na posse dos terrenos, antes de celebrado o contrato definitivo. -----

Face às razões apresentadas, o Movimento Sim propõe que o ponto um da ordem de trabalhos desta Assembleia, não seja votado. -----

O deputado **José Manuel Charnequinho** intervém e afirma que neste momento dispensava a palavra perante a proposta que foi feita aqui. Posteriormente, caso esta proposta venha ou não a ser discutida e votada, farei ou não a minha intervenção. ---

O primeiro secretário da Assembleia Municipal de Sines **Tiago Santos** esclareceu que essa proposta não foi colocada na ordem do dia. Pelo seguinte, a mesa não a vai considerar como proposta. Já foi aqui dito. -----

O deputado **José Manuel Charnequinho** diz que nesse caso, passará a fazer a sua intervenção, e vai ser um pouco mais agressivo do que os seus colegas de bancada, e colocava duas perguntas, versus não afirmações, naturalmente que não, mas dúvidas. Será que este executivo municipal, está refém das empresas presentes no complexo industrial de Sines? Será que está? Esta é uma pergunta e ao mesmo tempo uma dúvida, que eu gostava de ver esclarecida. Porquê a urgência da feitura deste contrato de promessa, sem primeiro a realização dos estudos, técnicos, geológicos de impacto e ambiental, económicos, financeiros, tudo isso, por uma entidade completamente independente e que nos dê efetivamente a certeza daquilo que estamos a fazer, daquilo que vamos ocupar, e essencialmente eram estas duas questões que colocava para já. -----

O deputado **Renato Penas** intervém e refere que face ao já apresentado por diversos membros do público, presentes na Assembleia, pelos outros deputados na Assembleia Municipal, os eleitos da CDU também entendem que a posição, a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

proposta que aparece no ponto um e dois acaba por estar interligado o um e o dois e não só o um. Os sineenses e a população de Sines, já está habituada a que as questões quando são apresentadas, são um pouco afluídas do impacto que vai ter na população de Sines. Temos casos antigos dos efeitos que a pedreira apresentou. Neste momento, existe uma grande proximidade à população e é normal que as pessoas estejam alarmadas com o que possa vir a acontecer. Falámos aqui na parte técnica, eu não sou a pessoa indicada para falar da parte técnica. Agora, todos olhamos para aquela parcela e entendemos que há uma grande proximidade às escolas, às habitações, ao próprio hotel. Tem-se feito referências que finalmente temos um hotel, vamos ter rebentamentos junto a um hotel, não sei se será o cartão de visita para as pessoas, em vez de estarem no hotel, estarem com rebentamentos na pedreira. Os eleitos da CDU entendem que não existe um estudo, que não estão salvaguardados os interesses e não existem fundamentos e garantias que não vai haver impacto sobre as pessoas que estão próximas, porque tem sido uma zona que a cidade tem crescido. A cidade tem crescido para aquele lado. Penso que já não faz muito sentido a exploração da pedreira entrar ainda mais para dentro da cidade. A cidade é para ali que tem crescido, é para ali que tem existido o desenvolvimento do plano diretivo municipal a nível de urbanização. Por isso, não faz muito sentido estarmos a crescer com a pedreira para ali, realçando ainda o facto de nem se saber se o Terminal XXI avança ou não. Também se pode realçar outra questão: Todos sabemos que isto tem a ver com o nível económico. A pedra que for colocada numa futura expansão do Terminal XXI não tem que ser da pedreira de Sines. Ainda muito menos tem que ser da pedreira mais próximo da população de Sines. A gente sabe que a nível económico é mais viável. Neste momento, tecnicamente e com aquilo que me foi apresentado nesta Assembleia, não estou totalmente esclarecido, para que possa votar favoravelmente, ou até me abster.

Os eleitos da CDU, vão votar contra o ponto um e dois, porque estão ligados.

O deputado **Renato Penas** disse que ia passar a ler a declaração de voto, que é muito resumida e que até entende que deve ficar, porque é clara a posição da CDU: "Os deputados da CDU na Assembleia Municipal manifestam a sua preocupação com a desafetação do domínio público, para a exploração de massas minerais e com o impacto que a expansão da pedreira representa para a cidade, habitações, infraestruturas municipais e a sua população. No entender dos eleitos da CDU não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

estão salvaguardados os interesses de Sines, bem como não foram apresentados fundamentos e garantias dos seus impactos. Sines ao longo dos anos e os sineenses como todos sabemos, foram sobejamente credores do desenvolvimento do complexo industrial, pelo que o progresso industrial e os seus representantes, devem olhar para os habitantes com o respeito que estes merecem. Pelo apresentado, os eleitos da CDU votam contra o ponto um e dois da ordem de trabalhos desta sessão extraordinária de vinte e sete de dezembro de dois mil e dezanove". -----

O vereador da Câmara Municipal de Sines **Fernando Ramos** responde às questões colocadas pelos senhores deputados. -----

"Bom, aqui o senhor deputado **José Manuel Charnequinho** colocou a questão se a Câmara está refém. A Câmara, não esteve, nem nunca estará refém de qualquer empresa. Portanto, respeito, são opiniões e nós respeitamos. Portanto, você entendeu questionar se a Câmara está refém e eu como representante da Câmara, estou a dizer que a Câmara não está refém, de nenhuma empresa, seja ela qual for. Não está refém de nada. Está refém apenas e só, de procurar acautelar o interesse geral em cada momento e tomar as decisões que entende por conveniente, e não temos todos que estar de acordo em tudo, porque nunca foi assim também que aconteceu em muitas outras situações no município e sem ser no município. Portanto, junto à zona da escola, não vai haver ali um avanço. Mas também dizer o seguinte, fala-se na altura de contrapartidas, eu não queria muito falar aqui nisso, mas já agora que se falou das contrapartidas e dos sineenses, pronto. A pedreira já funcionou ali muitos anos e nunca houve qualquer contrapartida. A acontecer e a Assembleia Municipal a aprovar esta situação (o ponto um), agora sim é que vai haver contrapartidas e, portanto, eu acho que sobre isso também estamos conversados, porque efetivamente nós dizemos muita coisa, mas nem sempre essas muitas coisas correspondem à realidade. Agora, o que nós sabemos, é que para se concretizar a ampliação do Terminal XXI e a construção do novo Terminal Vasco da Gama é necessária pedra, e a pedra está aqui próximo desta pedreira. Nós temos a pedra ali, mas é preciso criar as condições técnicas e isso melhor do que ninguém saberão os técnicos, de ambas as entidades e das entidades que vão acompanhar o processo. Coloca-se a questão de porquê a pressa, porquê a urgência. Bom, em Portugal, costuma-se sempre dizer essa situação, em tudo quando se tenta fazer algo, é sempre, mas porquê agora, mas porque é que não vamos estudar mais, porque é que não vamos fazer mais? Bom,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

respeitamos isso. Nós entendemos que este é o momento que temos que tomar aqui a posição, já a tomámos na reunião de Câmara, onde a CDU se absteve relativamente aos mesmos pontos, aqui a CDU toma a decisão de votar contra, o que respeitamos, e a vida política é mesmo feita de isto, de escolhas. Consideramos que esta é a melhor escolha para Sines, para o desenvolvimento do nosso concelho, para o desenvolvimento do país e que a mesma acautela aquilo que é o interesse de ambas as partes. Se isso não acontecer, há mecanismos para nós recorrermos e para isso estamos cá obviamente, e vamos ser absolutamente veementes nessa matéria, não estando refém de ninguém”. -----

O deputado **António Roberto**, acha que de facto é uma coisa um tanto ou quanto estranha, irmos aprovar um documento que não nos diz minimamente, a não ser aqui na página nove, que diz: “a APS, sociedade anónima, é responsável por assegurar as providências adequadas à minimização, sublinho, do impacto ambiental da exploração, em conformidade com o que for imposto pelas entidades do estado, com competência nessa matéria”. Bem para além desta questão de minimização da APS, há outras que estão em baixo que se colocam. Então, a Assembleia Municipal de Sines vai aprovar este acordo, digamos assim, mas não têm conhecimento mínimo, não é dada qualquer informação mínima, sobre o impacto que terá na população a vários níveis, na população mais próxima, nas instituições mais próximas a vários níveis? Já não falo como aconteceu nos anos setenta, no princípio, que uma pessoa que morava lá ao pé do forte, ficou sem um dedo e a pedreira era ali onde está. Se for preciso dizer nome, eu digo aqui o nome, mas não vale a pena, acho eu. A pedreira era onde está agora, a pessoa estava lá no forte, ficou sem um dedo, mas pronto, mas deixamos isso. Ora não havendo uma informação, e mais a mais agora que se fala tanto do impacto ambiental, defesa do meio ambiente, etc., etc., não há um mínimo de informação e, portanto, parece de facto um bocado absurdo a gente ir aprovar este documento. É verdade! E isto é dizer que sou contra o desenvolvimento, digamos industrial do nosso concelho? Não é nada disso! Temos é que ter o mínimo de informação e conhecimento, do que é que pode acontecer ou não acontecer, e as entidades, neste caso será o estado, a Câmara e a APS, garantirem que de facto os prejuízos causados por esta exploração da pedreira, são assegurados por essas mesmas entidades, porque as pessoas alargaram a sua moradia para ali, ou estão ali escolas, etc., etc. Enfim, nunca ninguém lhes disse, eh pá não façam aí a escola, ou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

não façam aí a vossa habitação, porque vocês podem ser atingidos pela pedreira. Ninguém, nenhuma entidade lhes disse isso. Pronto, era só isto que queria deixar aqui, porque de facto, a gente devemos pensar bem nas coisas! Tem que haver da parte de alguém, de alguma entidade, um assumir das responsabilidades-----

Seguiu-se a intervenção do deputado **Carlos Murta**, que informou que o Movimento Sim vai apresentar uma declaração de voto, relativamente ao assunto. Mas ainda antes da declaração de voto, disse que não se entende por que razão o senhor Presidente da Câmara não assumiu esta questão! Nem tão pouco a senhora vereadora do pelouro! Não se entende porquê. -----

O deputado **Carlos Murta** passou de seguida à leitura da declaração de voto, que diz o seguinte:

- Ponto um e dois, apreciação da proposta de cedência de terrenos que integram o domínio privado do município de Sines e de uma parcela de terreno que integra o domínio público a desafetar, para integrar o domínio privado à APS, administração do porto de Sines e do Algarve SA.

Dado que a proposta que foi feita não foi considerada e muito provavelmente pouco ouvida, eu passo a dizer. Analisando a proposta apresentada pela Câmara Municipal, e desculpem a repetição, o Movimento Sim considera que a mesma não tem qualquer fundamentação técnica ou jurídica que nos permita votar com conhecimento das responsabilidades que iremos assumir, caso a proposta seja aprovada, nomeadamente:

- a) Não foi apresentada qualquer justificação para a área definida para a expansão da pedreira.
- b) Não foram apresentados estudos, que permitam garantir a segurança das pessoas e construções, designadamente nas áreas mais próximas da pedreira, que incluem as escolas, habitações e equipamentos municipais, para além de depósitos de gás natural.
- c) Não existem quaisquer garantias sobre a eventual sujeição à avaliação de impacto ambiental da exploração da pedreira, sendo que o estudo de impacto ambiental da expansão do terminal, refere a palavra pedreira cento e dez vezes, sem que o parecer emitido pela Câmara Municipal de Sines tenha feito qualquer referência à expansão da exploração da pedreira.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

- d) Não foram apresentados estudos económicos, que permitam aferir se o valor a pagar ao município, corresponde ao real valor das parcelas cedidas e dos impactos da extensão da pedreira, podendo estar em causa uma gestão danosa.
- e) Nada justifica a urgência de aprovação de um contrato de promessa, que é um cheque em branco, quando o processo de expansão do terminal está em discussão há vários anos. O estudo de impacto ambiental é de dois mil e catorze.
- f) Não foi apresentado parecer jurídico que dê segurança aos eleitos, da legalidade dos termos do contrato de promessa, nem da forma de proceder. A APS entra na posse dos terrenos, antes de celebrado o contrato definitivo.

Para além do referido, o Movimento Sim irá proceder à apresentação de uma denúncia, a entidades que considere relevantes, sem colocar de parte a eventual interposição de uma providência cautelar, para evitar a concretização deste negócio danoso, nos termos infundados em que é apresentado.

De acordo com o exposto, os deputados municipais do Movimento Sim, votam contra a proposta apresentada". -----

O deputado **Renato Penas**, diz que quer só acrescentar uma coisa. "Quer recordar que quando foi para fixar a ECOSLOPS em Sines, era a resolução do maior problema que existia em Sines, das águas de lastro dos navios, do tratamento das águas. Era uma solução muito ecológica e que ia resolver um grande problema no porto de Sines. Ela trouxe-nos mais um problema, mais um foco de poluição à população de Sines e é por estas e por outras razões, que a população de Sines deve estar alertada, e que é normal que os deputados tenham dúvidas, quanto a uma questão destas, da pedreira, que se diz que não vai ter um impacto na população. Eu tenho sérias dúvidas que não o tenha. Não estou fornecido tecnicamente para isso, como continuo sem estar esclarecido e continuo contra a colocação da ECOSLOPS naquele ponto, e continuarei convicto que não estão apresentadas as condições para que se possa aprovar isto. É por estas razões que nós, que os sineenses, já são mais que credores de tudo o que tem estado à nossa volta e se calhar chega ao ponto de dizer basta, e estamos cada vez mais fartos de levarmos com tudo isto, e não nos revemos e não acreditamos que não existe impacto, como é transmitido". -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Nuno Mascarenhas** intervém e refere que "queria só dizer duas ou três coisas muito rápidas, para fechar aqui este ponto".



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Eu não sei se realmente as pessoas perceberam, mesmo quem está na assistência, o que é que está aqui em causa. Não está em causa a Câmara impedir ou não, a continuidade da exploração da pedreira. Porque a exploração existe e vai continuar, enquanto a APS tiver uma licença. Portanto, se pensam que o que está aqui em causa é a pedreira parar, não é! Portanto, estão a partir dos pressupostos errados.

Segundo: alguém falou que nas proximidades existia um hotel. Não, vão existir dois hotéis e vocês acham que a Câmara, tendo em consideração o investimento que tem estado a fazer nesta área, que poderia eventualmente pôr em causa essas duas unidades hoteleiras, como também os loteamentos que estão nas imediações! Claramente que não. Claramente que não, por uma razão muito simples: nós em sede do contrato definitivo, vamos definir uma série de premissas, que obrigarão obviamente a APS, quem explorar e as outras entidades, que vão ter que se pronunciar sobre isso, vão também ter uma voz ativa neste processo.

Depois, houve aí uma série de coisas que a mim me fazem alguma confusão. Mas alguém pensa que se não existisse uma pedreira em Sines, que havia porto? Mas alguém vinha construir um porto em Sines se não houvesse uma pedreira? E depois, ouvi aqui um enorme desabafo, uma coisa interessante. Vocês sabem o que é que representava por exemplo, ir a uma pedreira próxima, sei lá a Ourique, buscar pedra para ampliar o Terminal XXI e construir o Terminal Vasco da Gama? Um milhão de viagens, de camiões! Mas alguém ia construir um novo terminal, sujeitando-se a uma coisa dessas? Um impacto ambiental tremendo! Portanto, estamos a falar de coisas e realidades completamente diferentes, e às vezes podemos obviamente exagerar, e não estou a dizer que não tem que haver preocupações, claro que tem que haver! Aliás, o vereador Fernando Ramos falou nisso, que vive nas imediações. Mas obviamente a Câmara, vai acautelar tudo aquilo que for do interesse do município e relativamente às questões dos valores, ou o que é que está em causa, obviamente que nem vou comentar, porque aquilo que a Câmara recebeu, ou que o concelho recebeu pela exploração da pedreira ao longo de décadas, foi zero. E já agora, recomendava só o seguinte ao deputado Murta: Vá ver com cuidado a planta e veja se a pedreira está ou não em terrenos que são do município. Veja com atenção! Por acaso, tivemos o cuidado de ver isso e perceber exatamente, fazer um estudo da pedreira, perceber onde é que está implementada a pedreira e se aqueles terrenos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

são todos da APS, ou se já estão um bocadinho em cima de terrenos que são municipais. Deixava só esta dica. Por agora, fico". -----

O deputado **Carlos Murta** explica que o que o preocupa no meio disto tudo, foram as razões que mencionou, nomeadamente na declaração de voto. Agora, é uma coisa que não compreende, porque é que é o senhor vereador **Fernando Ramos** a responder a esta questão tão importante e não o senhor Presidente ou a vereadora do pelouro?

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Nuno Mascarenhas** responde à questão colocada pelo deputado **Carlos Murta**, dizendo: "Porque foi o vereador Fernando Ramos que acompanhou o processo, na qualidade de Vice-Presidente".

O deputado **Carlos Murta** continua a sua intervenção e diz que relativamente à primeira questão, à proposta que eu referi há um bocado, deixe-me só dizer o seguinte. O artigo vinte e dois, número três do regimento, diz que a ordem do dia, pode ser preterida por decisão da maioria da Assembleia.

O primeiro secretário da Assembleia Municipal de Sines **Tiago Santos**, intervém para solicitar ao deputado **Carlos Murta** para ler o artigo todo.

O deputado **Carlos Murta**, diz que não tem o artigo todo, mas que está a dizer que é o artigo vinte e dois, número três".

O primeiro secretário da Assembleia Municipal de Sines **Tiago Santos**, lê o artigo vinte e dois, número três, que diz: "A ordem do dia não pode ser preterida nem interrompida, a não ser nos casos expressamente previstos no regimento, por deliberação maioritária da Assembleia ou do Presidente da mesa». Passando para o artigo vinte e dois, ponto cinco, diz: "a discussão e votação de todas as propostas não constantes da ordem do dia, nas sessões ordinárias, depende da deliberação tomada por pelo menos dois terços do número legal dos seus membros, que reconheçam a urgência de deliberação sobre o assunto". Isto nas sessões ordinárias; nas sessões extraordinárias isto não se aplica.

Não havendo mais intervenções por parte dos senhores Deputados, o primeiro secretário da Assembleia Municipal de Sines **Tiago Santos**, colocou à votação a proposta, que foi aprovada por maioria, com os votos contra do Movimento Sim e da CDU. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

É de registar que no momento da votação, o membro da Assembleia Municipal Idalino Sabido José, por motivos profissionais, não participou no debate nem na votação deste ponto um.

Ponto dois: Apreciação e deliberação da proposta do executivo, para a desafetação do domínio público de uma parcela de terreno, com uma área de 2712 metros quadrados. -----

O primeiro secretário da Assembleia Municipal de Sines Tiago Santos, pergunta aos senhores Deputados, se pretendem intervir sobre este assunto. -----

Uma vez que ninguém quis intervir, a proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria, com os votos contra do Movimento Sim e da CDU. -----

É de registar que no momento da votação, o membro da Assembleia Municipal Idalino Sabido José, por motivos profissionais, não participou no debate nem na votação dos pontos um e dois.

Ponto três: Apreciação e deliberação da proposta do executivo, para a contratação e financiamento até ao montante de duzentos e vinte mil euros, pela linha BEI PT 2020 autarquias, reabilitação do mercado municipal de Sines. -----

O primeiro secretário da Assembleia Municipal de Sines Tiago Santos dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines para fazer a apresentação do ponto. ---

O Presidente da Câmara Municipal de Sines Nuno Mascarenhas afirma que esta é uma matéria que já foi aprovada em reunião de Câmara e foi possível recorrer a esta linha BEI PT 2020, porque o governo quer acelerar as candidaturas e os financiamentos, de forma a ter uma maior taxa de execução neste quadro comunitário, e nós temos possibilidade de ter um financiamento com um spread de zero vírgula duzentos e setenta e sete, ou seja, um valor muito baixo que, nesta altura, corresponde a uma taxa de juro zero. Portanto a Câmara não vai pagar qualquer juro, uma vez que a taxa Euribor a seis meses é negativa, de um montante de financiamento de duzentos e vinte mil euros para reabilitação do mercado municipal de Sines, que é uma parte não financiada pelos fundos comunitários. -----

O primeiro secretário da Assembleia Municipal de Sines Tiago Santos, pergunta aos senhores Deputados, se pretendem intervir sobre este assunto. -----

Uma vez que ninguém quis intervir, a proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Ponto quatro: Apreciação e deliberação da proposta do executivo, para a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

contratação de financiamento até ao montante de 200 mil euros, pela linha BEI PT 2020 autarquias, ZIL dois expansão nascente. -----

O primeiro secretário da Assembleia Municipal de Sines **Tiago Santos**, dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines, para fazer a apresentação do ponto. --

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Nuno Mascarenhas**, refere que é exatamente a mesma coisa que o ponto anterior, só que neste caso aplica-se à operação de expansão da ZIL dois e o montante de financiamento é de duzentos mil euros. -----

O primeiro secretário da Assembleia Municipal de Sines **Tiago Santos** pergunta aos senhores Deputados se pretendem intervir sobre este assunto. -----

Uma vez que ninguém quis intervir, a proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Ponto cinco: Apreciação e deliberação da proposta do executivo, para a contratação de financiamento até ao montante de duzentos e oitenta mil euros, pela linha BEI PT 2020 autarquias, centro de dia de Porto Covo. -----

O primeiro secretário da Assembleia Municipal de Sines **Tiago Santos** dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines para fazer a apresentação do ponto. ---

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Nuno Mascarenhas** explica que esta intervenção no centro de dia de Porto Covo tinha um custo total de cerca de oitocentos e trinta mil euros e a Câmara só tinha garantia de um apoio de trezentos e cinquenta e um mil euros e, neste caso, consegue um financiamento de mais duzentos e oitenta mil euros, à mesma taxa de juro". -----

O deputado **José Manuel Charnequinho** pede a palavra, para dizer diz que sobre este assunto queria colocar uma questão ao senhor Presidente da Câmara e que formulou da seguinte forma: Quando é que se inicia a obra? -----

Em resposta, o Presidente da Câmara Municipal de Sines **Nuno Mascarenhas**, diz que essa é uma boa pergunta, mas acrescenta que a obra já foi adjudicada, portanto já se procedeu à assinatura do contrato e já tem visto do tribunal de contas. Concluiu, afirmando que julga que se tudo correr dentro da normalidade, no mês de março a obra estará a iniciar-se. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos senhores Deputados, o primeiro secretário da Assembleia Municipal de Sines **Tiago Santos** (do PS), colocou à votação a proposta, que foi aprovada por unanimidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Ponto seis: Apreciação e deliberação da proposta do executivo, para a contratação de empréstimos de médio e longo prazo, até ao montante de três milhões seiscentos e nove mil cento e setenta e oito euros e setenta e oito cêntimos. Substituição do acordo de regularização da dívida celebrado com as águas de Santo André. -----

O primeiro secretário da Assembleia Municipal de Sines **Tiago Santos**, dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines para fazer a apresentação do ponto. ---

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Nuno Mascarenhas**, refere que “este processo, é um processo que já todos conhecem, uma dívida que a Câmara tem para pagar às águas de Santo André, cerca de três milhões e oitocentos mil euros. Na altura, a perspetiva seria que o financiamento rondaria uma taxa de juro de cerca de um e meio por cento. A Câmara, por cautela, fez uma consulta à banca e o valor que se conseguiu é um valor muito inferior, com uma taxa fixa de zero vírgula quatrocentos e sessenta, da Caixa Geral de Depósitos. Devo recordar que este é um processo antigo, que vem de há vários anos. A Câmara deixou de pagar os efluentes da cidade de Sines e o tribunal veio dar razão às águas de Santo André e, naturalmente, temos que pagar esta dívida e a forma que encontrámos foi através do empréstimo bancário, com esta taxa que é bastante interessante. -----

O deputado **Carlos Murta** pediu a palavra para dizer que sobre este ponto o Movimento Sim quer apresentar uma declaração de voto, que de seguida passou a ler e que diz:

Ponto seis: apresentação e deliberação da proposta do executivo para a contratação de empréstimo de médio e longo prazo até ao montante de três milhões seiscentos e nove mil cento e setenta e oito euros e setenta e oito cêntimos, para substituição do acordo de regularização de dívida celebrado com as águas de Santo André. O deputado **Carlos Murta** prosseguiu a leitura da declaração, dizendo que na reunião da Assembleia de vinte e oito de fevereiro os deputados do Movimento Sim apresentaram uma declaração de voto contra o acordo de regularização da dívida, a realizar com as Águas de Santo André, considerando ser um mau acordo, pelas razões apresentadas nessa declaração. Como o empréstimo aqui apresentado diz respeito a esse acordo e porque é economicamente mais favorável para o município a contratação de um empréstimo nas condições referidas nos documentos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

apresentados no ponto seis, a posição dos deputados do Movimento Sim é de abstenção". -----

Não havendo mais intervenções por parte dos senhores Deputados, o primeiro secretário da Assembleia Municipal de Sines **Tiago Santos**, colocou à votação a proposta, que foi aprovada por maioria, com os votos de abstenção do Movimento Sim. -----

De seguida o primeiro secretário da Assembleia Municipal de Sines **Tiago Santos**, colocou à consideração da Assembleia se deliberações desta podiam ser aprovadas em minuta, facto que foi votado e aprovado por unanimidade. -----

Procedeu-se de seguida à leitura da ata em minuta, a qual foi votada e aprovada por unanimidade. -----

Nada mais havendo a tratar foi dado por terminada a Assembleia extraordinária de vinte e sete dezembro de dois mil e dezanove, eram vinte e duas horas e quarenta e dois minutos, da qual se elaborou a presente ata. -----

Sines, 27 de dezembro de 2019

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines

Idalino Sabido José



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

1ª Secretária

Paula Luísa Macedo da Silva Augusto Pereira

2º Secretário

Artur Licínio de Oliveira Martins

Artur Licínio de Oliveira Martins